Filho do presidente investigado

Heródoto Barbeiro (*)

A oposição quer conduzir o presidente para a comissão de investigação. Seria um caso inédito na história brasileira de um presidente da República ser investigado suspeito de corrupção.

Os mais ferozes jornalistas dizem que por baixo do palácio do governo passa um verdadeiro mar de lama. Acusam, simultaneamente, o filho do presidente e seus assessores. Um deles tem acesso aos empréstimos do banco oficial, que é transformado em um verdadeiro balcão de negócios.

Os prejuízos não são divulgados e acabam estourando no bolso dos pagadores de impostos. Os escândalos se sucedem e a imagem do presidente, um líder – especialmente entre os trabalhadores – com apoio dos sindicatos domesticados e partidos de esquerda. É rotulado como um nacionalista convicto e antiamericanista.

O presidente é considerado uma ameaça à democracia que ele jura defender. Como a história não se apaga, a elite não esquece que ele já governou o Brasil por vários anos e foi responsável por mudanças consideradas, pelo menos, contraditórias. Há quem acalente o desejo que ele deixe a presidência da República. Isso não está nos planos do chefe do governo. O país é uma República presidencialista, um plágio do governo norte-americano, e o presidente é considerado inatingível. O palácio do governo reage por meio da mídia e acusa parte dos jornalistas de se venderem aos interesses do capital estrangeiro, ávido pelos produtos considerados estratégicos, como o petróleo e o minério de ferro. Na prática, está cercado no palácio presidencial e não pode mais aparecer em eventos abertos na capital da República.

A economia está desmoronando. Inflação, desemprego e denúncias de corrupção se sucedem. O quarto filho do presidente é suspeito de se aproveitar das benesses do governo em viagens e aumento de seu patrimônio. A crise política não tem fim. Esta se agrava com a morte de um oficial da FAB que fazia a segurança de Carlos Lacerda, o jornalista mais contundente, crítico do governo de Getúlio Vargas. O principal suspeito de armar o atentado é Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal do presidente e íntimo da família.

A mídia acusa Maneco Vargas, o filho do presidente, de ter sido favorecido com um empréstimo fraudulento do Banco do Brasil, articulado por Gregório. Graças a isso, compra uma fazenda no Rio Grande do Sul, seu estado de origem. O auge acontece em agosto de 1954. Vargas nega deixar o governo e Maneco confessa ao pai que adquiriu a fazenda. Vargas se isola no quarto do Palácio do Catete e se suicida. Qual foi o peso do envolvimento de Maneco e Gregório na motivação da morte do velho líder?

(*) - É professor e jornalista, âncora do Jornal Novabrasil, colunista do R7, do Podcast. Mestre em História pela USP e inscrito na OAB. Palestras e midia training. Canal no Youtube (www.herodoto.com.br).

Golpes envolvendo falsos sequestros são aperfeiçoados

Em nossa vida pessoal, o uso da tecnologia digital e das redes sociais para comunicação traz vantagens impensáveis até poucos anos atrás, como conversar vendo a imagem de alguém que está muito longe ou compartilhar fotos de entes queridos.

Vivaldo José Breternitz (*)

Por outro lado, esse uso também facilita a ação de criminosos, que buscam aproveitar-se de descuidos e do medo gerado em pessoas que expõem suas vidas nas redes.

Em fevereiro, o FBI emitiu um alerta sobre uma nova tática que utiliza fotos publicadas em redes sociais para extorquir usuários. Criminosos capturam imagens de entes queridos, como filhos, pais ou parceiros, e as manipulam digitalmente para simular situações de perigo. Com isso, tentam enganar as vítimas, fazendo-as acreditar que o familiar foi sequestrado e, em seguida, exigem pagamento de resgate.

Esse crime explora a preocupação com a segurança da família. Geralmente o pedido chega via SMS, com mensagens agressivas e imagens programadas para desaparecer rapidamente, impedindo sua análise detalhada.

O FBI recomenda que, ao receber ameaças desse tipo, as pessoas mantenham a calma, pois o pânico é a principal ferramenta usada pelos criminosos para forçar um pagamento rápido.

Além disso, há outras recomendações, como tentar contato imediato com a pessoa que aparece na foto para confirmar seu paradeiro e analisar a imagem em busca de inconsistências. Fotos manipuladas digitalmente costumam apresentar distorções de proporção, características físicas alteradas ou detalhes que parecem "fora do lugar".

Também se recomenda registrar evidências, tirando um print da tela antes que a mensagem desapareça, e criar uma "palavra-chave": as famílias devem estabelecer um código secreto conhecido apenas entre seus membros, para validar comunicações em emergências.

Especialistas alertam ainda que, caso um familiar esteja realmente desaparecido, a publicação de informações pessoais em redes sociais pode atrair golpistas oportunistas.

Qualquer golpe ou tentativa deve ser comunicada às autoridades policiais, mencionando todas as informações possíveis, como números de telefone, fotos enviadas e dados de pagamento. Essas informações são vitais para o esclarecimento e a prevenção de crimes.

Umermustafa01_de_Pixabay_CANVA

Todas essas recomendações são válidas também no Brasil. Além disso, continua valendo a velha recomendação: informações pessoais, especialmente fotos, não devem ser compartilhadas em redes públicas.

(*) Doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo, é professor, consultor e diretor do Fórum Brasileiro de Internet das Coisas – vjnitz@gmail.com.

Expansão da IA nas empresas exige controle sobre identidade de agentes digitais

A adoção de inteligência artificial nas empresas entrou em uma nova fase. Se antes os modelos eram usados principalmente para análise e apoio à decisão, agora passam a executar tarefas, interagir com sistemas corporativos e operar processos críticos. Esse movimento, impulsionado por novas estruturas que conectam IA aos sistemas da empresa, amplia os ganhos de eficiência, mas traz uma questão central para a alta gestão: quem controla a identidade desses agentes digitais?

À medida que agentes de IA passam a consultar dados, acionar ferramentas e automatizar decisões, eles deixam de ser apenas software e assumem papel operacional dentro das organizações. O problema é que os modelos tradicionais de segurança foram desenhados para pessoas e sistemas convencionais. Agentes de IA não se encaixam perfeitamente em nenhuma dessas categorias.

Diferentemente de um funcionário ou de uma conta técnica tradicional, esses agentes são dinâmicos, podem atuar com múltiplas permissões em um mesmo fluxo e tomar decisões intermediárias difíceis de rastrear. Na prática, muitas empresas conseguem ver o que foi executado no sistema, mas não necessariamente compreendem a intenção, o contexto ou a responsabilidade por trás da ação automatizada.

A identidade dos agentes

O mercado respondeu inicialmente com reforço na proteção em tempo real, monitorando interações da IA para bloquear ataques como manipulação de comandos, vazamento de dados e uso indevido de ferramentas. Essa camada reduz riscos imediatos, mas não resolve o problema estrutural: definir quem autorizou o agente, quais limites ele possui e até onde pode agir.

Izilda França

Fernando de Falchi

> "O problema é que os modelos tradicionais de segurança foram desenhados para pessoas e sistemas convencionais.

Surge, então, uma nova frente estratégica de segurança: a governança da identidade dos agentes. A proposta é tratar cada agente de IA como uma entidade com escopo definido, trilha de auditoria, ciclo de vida e limites claros de atuação. Em vez de reagir a incidentes, a organização passa a estabelecer regras antes da execução.

Essa abordagem combina quatro pilares: monitoramento em tempo real, identidade formal para agentes, correlação de dados e telemetria para rastrear decisões automatizadas e políticas claras de autonomia, incluindo pontos de intervenção humana quando necessário.

A discussão ganha relevância adicional no contexto regulatório. Leis como a LGPD e normas internacionais exigem explicabilidade e rastreabilidade de decisões automatizadas. Para conselhos e executivos, o tema deixa de ser apenas técnico e passa a integrar a agenda de governança corporativa e gestão de risco.

Com a expansão da IA nos negócios, a vantagem competitiva não estará apenas em adotar agentes inteligentes, mas em controlar sua atuação. A pergunta que começa a chegar às lideranças é objetiva: quando um agente toma uma decisão em nome da empresa, é possível explicar quem autorizou, quais limites estavam definidos e como aquela ação foi monitorada?

A nova fronteira da integração entre IA e cibersegurança não está apenas na inovação, mas no controle.

(Fonte: Fernando de Falchi, gerente de Engenharia de Segurança da Check Point Software Brasil).

News@TI

IBM anuncia novo plano para supercomputação centrada em quantum

@A IBM apresentou a primeira arquitetura de referência para supercomputação centrada em quantum da indústria, um novo modelo para integrar a computação quântica em ambientes modernos de supercomputação. A arquitetura demonstra como os processadores quânticos podem trabalhar em conjunto com GPUs e CPUs (em sistemas locais, centros de pesquisa e na nuvem) para enfrentar desafios científicos que nenhuma abordagem computacional isolada consegue resolver sozinha. Projetada para as cargas de trabalho atuais e construída para evoluir ao longo do tempo, a arquitetura reúne sistemas quânticos e clássicos em um ambiente de computação unificado. Ele combina hardware quântico com uma infraestrutura clássica poderosa, incluindo clusters de CPU e GPU, redes de alta velocidade e armazenamento compartilhado, para suportar cargas de trabalho computacionalmente intensivas e à pesquisa de algoritmos (https://research.ibm.com/blog/quantum-centric-supercomputing-system-reference-architecture).

WhatsApp anuncia recurso que permite a pais monitorar conversas de menores de 13 anos

@O WhatsApp anunciou um novo recurso de controle parental que permitirá a pais ou responsáveis acompanhar e limitar a atividade de menores de 13 anos dentro do aplicativo. A funcionalidade começará a ser testada nas próximas semanas com um pequeno grupo de usuários e permitirá vincular a conta da criança à de um adulto, desde que ambos os celulares estejam lado a lado no momento da configuração. Com o recurso ativado, os responsáveis poderão verificar solicitações de conversa enviadas por desconhecidos antes que a criança tenha acesso a elas, além de acompanhar quando um contato é adicionado, bloqueado ou denunciado. O sistema também mostrará informações sobre participantes e administradores de grupos, permitindo que os pais decidam se autorizam ou não a participação da criança nas conversas (Fonte: Paulo Cesar Costa, CEO da PH3A).

Empresas & Negócios **José Hamilton Mancuso (1936/2017)** **Laurinda Machado Lobato (1941-2021)** Responsável: **Lilian Mancuso**

Editorias
Economia/Política: J. L. Lobato (lobato@netjen.com.br); *Ciência/Tecnologia:* Ricardo Souza (ricardosouza@netjen.com.br); *Livros:* Ralph Peter (ralphpeter@agenteliterarioralph.com.br);
Comercial: comercial@netjen.com.br
Publicidade Legal: lilian@netjen.com.br

Webmaster/TI: Fabio Nader; *Editoração Eletrônica:* Ricardo Souza.
Revisão: Maria Cecília Camargo; *Serviço informativo:* Agências Brasil, Senado, Câmara, EBC, ANSA.

Artigos e colunas são de inteira responsabilidade de seus autores, que não recebem remuneração direta do jornal.

Colaboradores: Claudia Lazzarotto, Eduardo Moisés, Geraldo Nunes e Heródoto Barbeiro.

ISSN 2595-8410

Jornal Empresas & Negócios Ltda
Administração, Publicidade e Redação: Rua Joel Jorge de Melo, 468, cj. 71 – Vila Mariana – São Paulo – SP – CEP.: 04128-080
Telefone: (11) 3106-4171 – E-mail: (netjen@netjen.com.br)
Site: (www.netjen.com.br). CNPJ: 05.687.343/0001-90
JUCESP, Nire 35218211731 (6/6/2003)
Matriculado no 3º Registro Civil de Pessoa Jurídica sob nº 103.